



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

PROPOSTA DE PROJETO

Título do projeto:

**PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO RURBANO
DE ALTINÓPOLIS (SP)**

Entidades proponentes:

Universidade Federal de São Carlos

Coordenadores:

Universidade Federal de São Carlos

Coordenador Geral: Prof. Dr. José Francisco
Laboratório de Urbanismo e Habitação / PPG Engenharia Urbana

Coordenador Técnico: Prof. Dr. José Salatiel Rodrigues Pires
Laboratório de Análise e Planejamento Ambiental / PPG Ecologia e Recursos Naturais

Introdução

O Plano Diretor, na medida em que define como será o crescimento da cidade e determina usos e formas ocupação, promove intervenções sobre o território que afetam diretamente as condições ambientais. Nesse sentido, o município deve adotar um Plano Diretor que compatibilize a ocupação humana e a promoção do desenvolvimento sustentável, construindo um modelo de desenvolvimento baseado na garantia do meio ambiente sadio e ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações. Do ponto de vista ambiental isso somente se torna possível se não é excluída a área rural como foco de planejamento, e priorizada apenas a área urbana, como acontece na maioria dos Planos.

O presente projeto está baseado em uma abordagem RURBANA. Este termo indica que as áreas urbanas e rurais são indissociáveis, desfazendo o mito da predominância das cidades como foco do habitat humano. A qualidade de vida e ambiental das cidades depende diretamente da qualidade do ambiente rural. A aceitação e operacionalização dessa abordagem aumenta significativamente a qualidade de vida municipal (rurbana).

O Plano Diretor Municipal é uma Lei ou instrumento básico que define uma Política de Desenvolvimento Urbano e Rural para o Município, estabelecendo regras para organizar e gerir a ação dos agentes públicos e privados na produção do território municipal. Os Planos Diretores Municipais são exigência constitucional federal desde 1988 para os municípios, que dentre diversos fatores, querem se valer dos instrumentos previstos no § 4 do artigo 182 da Constituição Federal.

No Estado de São Paulo, a Constituição Estadual Paulista, entendendo a importância dos Planos Diretores para a funcionalidade municipal, estabeleceu em seu artigo 181 parágrafo 1º sua obrigatoriedade a todos os Municípios, considerando ainda a totalidade de seu território municipal (urbano e rural). Neste sentido qualquer município, independente do tamanho de sua população deve elaborar a Lei municipal e estabelecer, em conformidade com as diretrizes do **Plano Diretor**, normas sobre zoneamento, loteamento, parcelamento, uso e ocupação do solo, índices urbanísticos, proteção ambiental e demais procedimentos administrativos pertinentes.

Objetivos

Tendo em consideração os aspectos acima, o objetivo central deste projeto é prestar assessoria técnica para a execução dos trabalhos de elaboração do Plano Diretor Participativo Rurbano de Altinópolis-SP. Como metas específicas pretende-se:

(i) Treinar técnicos municipais em planejamento territorial municipal (rurbano), envolvendo a análise dos aspectos biofísicos, sociais, econômicos e institucionais, dentro de uma abordagem de gestão sócio-econômica-ambiental visando o desenvolvimento sustentável municipal - dentro desta meta será enfocada a necessidade de conservação de recursos naturais significativos situados no território municipal de extrema importância para o desenvolvimento do turismo ecológico e rural;

(ii) Inventariar, analisar e executar um diagnóstico biofísico, sócio-econômico territorial e turístico(urbano e rural) do município;

(iii) Auxiliar na definição de um Sistema de Planejamento e Gestão Sócio-Econômica-Ambiental Municipal;

(iv) Propor ações institucionais de interesse da prefeitura municipal;

(v) Montar um banco de dados contendo as informações primárias e secundárias utilizadas pelo projeto (Etapa de Diagnóstico), espacializando as informações cartográficas em um Sistema Gerenciador de Banco de Dados Municipais, utilizando Sistema de Informações Geográficas;

(vi) Propor as diretrizes e ações legais e programáticas de caráter social, ambiental, econômico e institucional, com especial ênfase no setor de turismo;

(vii) Contribuir para racionalizar o uso da terra e do solo, reduzindo as ações predatórias e apontando rumos para a sustentabilidade das atividades em prática no território municipal.

(viii) Capacitar alunos de graduação e pós-graduação da UFSCar em planejamento participativo sustentável.

Metodologia e Cronograma do projeto;

O projeto de elaboração do Plano Diretor Participativo Urbano de Altinópolis será desenvolvido em 7 (sete) etapas descritas na Tabela 1. Ressalta-se que as etapas 1 a 5 serão desenvolvidas em parceria entre os profissionais da UFSCar envolvidos neste projeto e a equipe técnica da Prefeitura Municipal. As etapas 6 e 7 são de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Altinópolis com supervisão dos técnicos da UFSCar. A dinâmica do processo de planejamento irá definir o número de reuniões das equipes temáticas como também quantas audiências públicas serão realizadas. A Tabela 2 apresenta uma proposta para a constituição do Conselho Municipal de Políticas Públicas Sustentáveis (CMPPS). A Tabela 3 mostra uma proposta de Cronograma de Execução e a Tabelas 4 apresenta os custos estimados relativos a execução do projeto.

Entre as atividades específicas e correlatas para o desenvolvimento do trabalho, deverão ser previstas:

- a) Consultoria e Assessoria, para o Órgão Municipal de Planejamento da Prefeitura Municipal de Altinópolis, nas diversas etapas e atividades programadas;
- b) Assessoria técnica para a seleção e sistematização de dados relativos ao inventário e levantamento de dados municipais e regionais, de responsabilidade do Órgão Municipal de Planejamento e Projeto específico;
- c) Acompanhamento na transferência e compatibilização das etapas-atividades junto à Prefeitura Municipal de Altinópolis e sua equipe técnica de coordenação - Órgão Municipal de Planejamento e outros órgãos e comissões;

Tabela 1 – Descrição das etapas a serem desenvolvidas no Projeto: Plano Diretor Participativo Rurbano de Altinópolis.

Etapa	Temas e Atividades Programadas	Métodos-Processos	Duração
1ª	<p>Definições e Conceitos de Plano Diretor: treinamento, sistematização, transferência e consolidação de informações técnicas, operacionais e organizacionais do Sistema de Planejamento. O processo de execução do PD deverá conduzir ao de implementação do Sistema de Planejamento Municipal.</p> <p>- Planos Tradicionais e Planos Estratégicos: modelos-experiências, limites-potencialidades</p> <p>- Legislação Urbanística ou Regimes Urbanísticos Reguladores.</p>	<p>Reuniões de Estudos com a Comissão Executora do Plano Diretor</p>	<p>3 meses</p>
2ª	<p>Estruturação, concepção, estrutura organizacional e formulação das diretrizes e estratégias gerais e específicas do Plano.</p> <p>Etapa de Diagnóstico</p> <p>Inventário e Análise de conflitos-potencialidades, princípios-campos de atuação e diretrizes estratégicas:</p> <p>1. Análise Setorial Específica:</p> <p>Infraestrutura Social: Habitação, Educação, Saúde, Assistência Social, Cultura, Esporte-Lazer, Abastecimento, Defesa Civil, Segurança.</p> <p>Infraestrutura Econômica e Tecnológica: Desenvolvimento econômico sustentável; produção e promoção da cidade; mercado de trabalho ; condições de vida; tecido econômico e cadeias produtivas; desenvolvimento economia regional ; programas para segmentos industriais, serviços, comércio, rural , economia popular (solidária) e tecnopolos; programas de investimentos; atração de investimentos; capacitação gerencial e profissional</p> <p>Infraestrutura de Serviços e Equipamentos Urbanos: Saneamento Básico Transporte-Circulação, Sistema Viário-Pavimentação, Drenagem Urbanos, Resíduos Sólidos, Mobiliários Urbano.</p> <p>Infraestrutura Ambiental: condicionantes biofísicos e naturais: fisiográficos, hidrológicos, botânicos, climáticos, ecológicos, paisagísticos, geológico-ambientais: Áreas Especiais de Interesse Ambiental e Turístico.</p> <p>Infraestrutura Urbanística e Modelo Espacial: Formação Espaço-evolução urbana-abairramento , vetores de crescimento, estruturação-mobilidade urbana; regime urbanístico-uso e ocupação (controle densificação, regime atividades, controle edificações e parcelamento solo); instrumentos urbanísticos, instrumentos de gestão, programas-projetos urbanização</p> <p>Infraestrutura Institucional-Administrativa: sistema de planejamento, sistema de informações urbanas, sistema de gestão territorial, legislação urbanística; Programas e Projetos Setoriais.</p>		

Tabela 1 – Descrição das etapas a serem desenvolvidas no Projeto: Plano Diretor Participativo Rurbano de Altinópolis. (continuação)

Etapa	Temas e Atividades Programadas	Métodos-Processos	Duração
2	<p>2. Análise por Eixos Temáticos ou Estratégias de Desenvolvimento Urbano Ambiental (sugestão):</p> <p>EIXO 1: Modelo Espacial e Ambiental</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Zoneamento Ambiental e Uso do Solo (Estratégias e Diretrizes Normativo-Gráficas) 2. Elementos Estruturadores, Mobilidade e Centralidades Urbanas. 3. Qualificação Ambiental <p>EIXO 2: Análise do Desenvolvimento Econômico:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Diagnóstico da atividade econômica municipal: situação e perspectivas 2. Proposta de desenvolvimento de metodologia para elaboração de programa de Produção Econômica e Emprego no Município: <ul style="list-style-type: none"> - parâmetros para apoio a empresas, promoção da pequena produção rural e urbana, promoção de emprego e renda, promoção de cadeias produtivas, promoção do ecoturismo e turismo rural; - infra-estrutura social, econômica e institucional. <p>EIXO 3: Sistema de Planejamento e Gestão Ambiental Municipal:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Unidades Territoriais de Planejamento e Gestão; 2. Instrumentos Urbanísticos: instrumentos de participação e gestão da informação; regulação do solo. 3. Planos Reguladores: zoneamento e uso do solo, controle edificações, parcelamento do solo, Plano de Gestão Ambiental, Plano de Habitação de Interesse Social, Plano de Desenvolvimento do Turismo. <p>EIXO 4: Sistema de Democratização da Informação Municipal:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Programa de Indicadores Urbanos e Rurais (monitoramento da qualidade de vida rurbana) 2. Sistema de Gestão da Informação <p>EIXO 5: Implantação do Plano Diretor a cargo da Prefeitura</p>	<p>-Reuniões Internas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Órgão Municipal de Planejamento. - Comissão Executora do PD. <p>-Reuniões Externas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - CMPPS -Conselho Municipal de Políticas Públicas Sustentáveis - Comissões Temáticas - Fóruns Temáticos: Painéis de Planejamento Participativo. - Audiências Públicas: setores-grupos da sociedade <p>Serão elaborados diversos mapas temáticos conforme detalhado no Anexo 1. Será utilizado o Sistema de Informações Geográficas MAPINFO. Os mapas cartográficos oficiais IBGE / IGC-SP, serão digitalizados em tela e cada elemento cartográfico (hidrografia, estradas, curvas de nível, etc) se tornará uma camada de informação georeferenciada. O mapa de uso e ocupação do solo será elaborado a partir da interpretação de uma Imagem de Satélite Landsat (recente) para a zona rural e de um mosaico aerofotogramétrico para a área urbana. Serão realizadas análises morfométricas de cada tema. Para efeito de zoneamento será realizado um cruzamento dos diversos mapas conforme critérios pré-estabelecidos pela equipe de planejamento.</p>	6 meses

Tabela 1 – Descrição das etapas a serem desenvolvidas no Projeto: Plano Diretor Participativo Rurbano de Altinópolis (continuação).

Etapa	Temas e Atividades Programadas	Métodos-Processos	Duração
3 ^a	<p>I Conferência do Município Princípios, Diretrizes e Estratégias de Política Urbana e Rural e Gestão do Planejamento. Participantes: Prefeitura (Com. Executora); membros do Conselho Municipal de Políticas Públicas Sustentáveis (CMPPS) ; delegados provisórios e demais representantes; convidados-palestrantes externos; Produtos: Publicação de Palestras e das Resoluções. (a segunda Conferência poderá acontecer se a dinâmica do processo assim o exigir).</p>	<p>Reuniões Municipais coordenadas pela Comissão Executora do PD e pelo CMPPS, por Eixos ou Estratégias Temáticas.</p>	<p>01 mês</p>
4 ^a	<p>Discussão dos Instrumentos urbanísticos e formas de Execução Jurídico-Normativa do Plano Diretor do Município de Altinópolis</p> <ul style="list-style-type: none"> • Prefeitura Municipal - Análise Técnica dos produtos intermediários – Plano Diretor: Diretrizes Gerais e Específicas. <p>Apresentação e Discussão na Conferência do Município. Sistematização e Incorporação das Resoluções da Conferência do Município.</p>	<p>Reuniões da Com Executora do PD com assessor jurídico em direito urbanístico e assessor de urbanismo</p> <p>Reuniões CMPPS</p> <p>Audiências Públicas Sociedade Civil Debate e articulação institucional integrada com Comissão de Urbanismo e Habitação da Câmara Municipal.</p> <p>Ampla divulgação social</p>	<p>03 mês</p>
5 ^a	<p>Congresso da Cidade Apresentação e Debate Público do Plano Diretor Participativo Rurbano de Altinópolis, com Referendo de representantes da cidade.</p> <p>Consolidação, Sistematização e Compatibilização da representação normativa do Plano,</p> <ul style="list-style-type: none"> • Prefeitura Municipal - Redação Final e Peças Gráficas. • Prefeitura Municipal - Elaboração de Cartilha do Plano Diretor Participativo Rurbano de Altinópolis, para debate público institucional e transferência dos resultados à sociedade. <p>Produtos: Resoluções do Congresso da Cidade</p>	<p>Reuniões de organização da Comissão Executora do PD - CMPPS, e realização do Congresso.</p> <p>Ampla divulgação social</p>	<p>01 mês</p>
6 ^a	<p>Encaminhamento para Aprovação e Sanção Final do Plano Diretor Participativo Rurbano de Altinópolis como peça de Lei</p>	<p>Encaminhamento e tramitação institucional</p>	<p>abr/2012</p>
7 ^a	<p>Publicação da Lei do Plano Diretor Participativo Rurbano de Altinópolis Encarte completo e da Cartilha do Plano Diretor Rurbano de Altinópolis</p>	<p>Encaminhamento e tramitação institucional</p>	<p>mai/2012</p>

Tabela 2 - Proposta para a constituição do Conselho Municipal de Políticas Públicas Sustentáveis (CMPPS).

Sistema Municipal de Gestão Ambiental – SiGA Proposta para a constituição do CMPPS-Conselho Municipal de Políticas Públicas Sustentáveis, como continuidade do processo de Planejamento Estratégico na revisão do Plano Diretor Rurbano de Altinópolis. COMPONENTES: 10 membros			
Presidência (1)	Entidades Públicas (3)	Entidades da Esfera Pública Não-Governamental (3)	Entidades de Representação Político-Territorial (3)
Presidente da Comissão Executiva do Plano Diretor Participativo Rurbano de Altinópolis - Prefeito / Secretário Municipal de Planejamento-Prefeitura.	Municipais (1 membro) Estaduais (1 membro) Federais (1 membro)	Entidades Empresariais Entidades Associativas: Arquitetos, Engenheiros, OAB, ONGs, Entidades Científicas e Tecnológicas	Associações de Amigos de Bairro, etc.

Tabela 3 - Cronograma de Execução - proposta.

Atividades	Meses											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
ETAPA 1 – Definições e Conceitos do Plano Diretor Rurbano de Altinópolis												
ETAPA 2 – Etapa de Diagnóstico: Inventário e Análise de conflitos, potencialidades, princípios e campos de atuação e diretrizes estratégicas.												
ETAPA 3 – I Conferência do Município												
ETAPA 4 – Discussão dos Instrumentos urbanísticos e formas de execução Jurídico-Normativa (3 meses)												
ETAPA 5 – Congresso do Município												
ETAPA 6 – Elaboração da Lei do Plano Diretor Participativo Rurbano de Altinópolis												
ETAPA 7 – Encaminhamento para Aprovação da Lei do Plano Diretor Participativo Rurbano de Altinópolis												

Justificativas para a realização do projeto:

Em diferentes níveis de governo tem-se procurado estabelecer novas formas de planejamento para que o Estado cumpra um papel articulador das ações das organizações sociais, induza os investimentos produtivos, integrando as ações públicas e combatendo o desperdício de recursos financeiros e ambientais.

À derrocada dos sistemas centralizados de planejamento, que perduraram até início dos anos 80, novas formas de planejamento público vêm sendo testadas e discutidas. Apesar dos resquícios ainda persistentes, a reconstrução do planejamento não comporta mais o tratamento do território nos moldes do modelo desenvolvimentista predominante no século XX, sob o risco de reproduzir ações públicas inadequadas em relação à conservação do patrimônio natural e à melhoria das condições de vida da população. Ao contrário, a diversidade do quadro natural brasileiro constitui parte essencial da diferença do Brasil, cujo reconhecimento pode ser utilizado como fator estratégico de sua inserção no mundo globalizado contemporâneo. A valorização da diferença, através da identificação e uso das potencialidades do território, repõe, em novos termos, o desenvolvimento nacional, doravante ajustado à ótica de oportunidades compromissadas, não apenas com a sustentabilidade política e econômica mas, também, ambiental.

É dessa nova abordagem de planejamento, envolvendo tanto o território urbano como o rural - Rurbano - e estabelecendo as ligações entre as questões sociais, econômicas, ambientais e institucionais que vem surgindo um novo método de tratar o planejamento municipal.

A premissa básica utilizada tanto por planejadores como por legisladores, para o controle do uso do solo, é que as atividades desenvolvidas em uma parcela de solo podem trazer riscos, gerar danos ou inconvenientes para as propriedades vizinhas (como erosão do solo, poluição sonora, aérea ou aquática). Para tanto, a metodologia de análise ambiental que subsidia o planejamento, deve permitir o conhecimento e mapeamento da estrutura (materiais e recursos - geologia, pedologia, geomorfologia, vegetação, fauna, minerais, possibilidades energéticas, etc.), assim como o conhecimento dos processos que operam na área sob planejamento, como o clima, erosão/sedimentação, ciclos biogeoquímicos, regime hidrológico, etc. Além das funções dos diversos compartimentos ambientais encontrados e dos riscos a que estão submetidos, devido aos usos dos recursos naturais, para poder auxiliar na tomada de decisão sobre as melhores formas de uso da área sob planejamento, fundamentada em conceitos de sustentabilidade ambiental.

O maior desafio dos governos municipais para fazer com que a gestão municipal seja efetivada está na implementação e criação da capacidade de crítica sobre a situação sócio-econômica-ambiental-institucional local. Esta capacitação implica não somente na contratação e/ou treinamento de técnicos, na aquisição ou melhoria de equipamentos básicos e veículos e na destinação de verbas suficientes para sua manutenção. Mas também na adoção de políticas e estratégias de gestão coerentes, negociadas com todos os atores sociais envolvidos no uso do território municipal e de recursos ambientais, visando atingir um padrão aceitável de qualidade de vida e ambiental, além da utilização sustentada desses últimos.

Outro problema a ser enfrentado, refere-se à dependência técnica gerada entre os governos federal e estadual e a localidade. Atualmente, os técnicos e o cidadão local dependem em muito das diretrizes e políticas emanadas das esferas superiores de governo, e o gerenciamento municipal fica a mercê das mesmas. Para que os habitantes possam efetivamente participar livremente e negociar adequadamente o seu próprio desenvolvimento, de forma sustentada, devem possuir um conhecimento razoável sobre seu ambiente, suas potencialidades e fragilidades. Somente com a eliminação progressiva desta dependência, os cidadãos poderão influenciar na escolha do seu próprio estilo de desenvolvimento e definir a qualidade de vida que deverão herdar as

próximas gerações. O próprio governo Estadual enfatiza a necessidade dos municípios em disciplinar o uso do solo em seu território, denotando a competência "extremamente ampla" do município em utilizar este instrumento de proteção ambiental.

A escolha do município de Altinópolis (SP) (Figura 1) para o desenvolvimento do presente projeto dá-se por uma série de razões. Um primeiro ponto a destacar diz respeito à proximidade de centros urbanos importantes como Ribeirão Preto, Batatais, Franca, São Carlos e Araraquara, e a população regional que supera dois milhões e trezentos mil habitantes. Neste contexto regional, o município de Altinópolis vem sendo tratado como área de uso turístico devido especialmente a suas belezas cênicas naturais, seus recursos hídricos, espeleológicos e seu clima. Este uso gera pressão antrópica que já pode ser verificada em relação à influência negativa sobre áreas naturais do município cuja vocação turística envolve a presença de sítios com grande potencial para o lazer. O município localiza-se na região nordeste do estado de São Paulo, posicionado aproximadamente entre as coordenadas 21°01' de latitude Sul e 47°22' de longitude Oeste, fazendo parte da 6ª Região Administrativa de Ribeirão Preto. O território municipal é dividido entre as Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHI) nº 04 – Pardo e nº 08 – Sapucaí/Grande, a altitudes médias oscilando entre 800 e 1.120 metros (IBGE, 1977). Possui uma topografia mais ou menos acidentada, com desníveis marcantes dentro de uma área de recarga de aquíferos, proporcionando áreas de relevante beleza cênica junto a grutas areníticas, cachoeiras, corredeiras, córregos e rios.

Outro ponto digno de atenção refere-se à forte pressão agroindustrial a que o município está submetido. A monocultura altamente tecnicizada de cana-de-açúcar e espécies arbóreas exóticas (silvicultura de eucalipto) estão atualmente entre as mais importantes opções econômicas de geração de renda e ICMS, representando um risco de ruptura social em caso de mudanças macroeconômicas. Tanto do ponto de vista da sustentabilidade econômica, como da social e ambiental essa questão mostra uma potencial fragilidade devido à possíveis flutuações no mercado internacional de commodities. Especialmente do ponto de vista ambiental, a dilapidação de recursos naturais como solos (na cana-de-açúcar a erosão média chega a 12 toneladas por hectare por ano) e recursos hídricos, podem comprometer o uso sustentado do território municipal a longo-prazo, caso não sejam implantadas políticas públicas voltadas a salvaguardar esse recursos.

Esse desafio implica na discussão com todos os setores da sociedade local e regional para o planejamento de um Plano Diretor diferenciado, voltado, por um lado, a manutenção de uma produção agrícola forte, mas ao mesmo tempo preservando as áreas naturais, garantindo a cultura e mantendo assim as suas funções fundamentais para o equilíbrio ambiental, do clima, qualidade da água, manutenção da biodiversidade, entre outros. Para que um Plano Diretor possa ser enquadrado dentro do conceito de *desenvolvimento sustentável* é necessário viabilizar a idéia de equilíbrio entre essas questões que sempre preocupam os municípios e que embora pareçam conflitantes: conservação e "desenvolvimento social e econômico", devem ser integradas. Os municípios considerados turísticos, cuja atração é o meio ambiente preservado, permitem a instalação de um número grande de novos empreendimentos, que, quando adequadamente planejados (com infra-estrutura adequada), mantêm sua qualidade ambiental e viabilizam o desenvolvimento municipal.

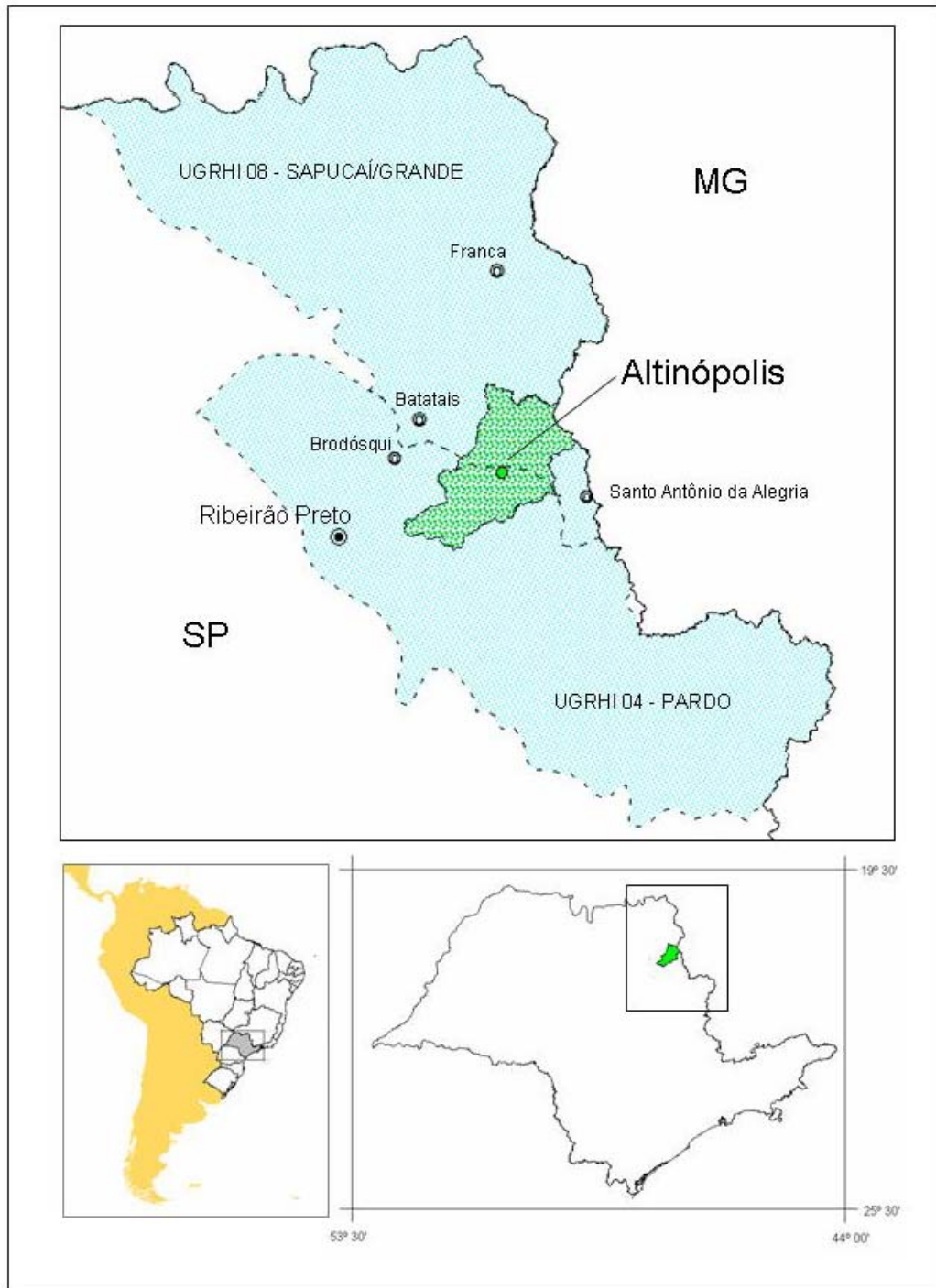


Figura 1 – Localização do Município de Altinópolis no nordeste do estado de São Paulo.

Resultados, avanços e aplicações esperados:

Entre os resultados avanços e aplicações esperados estão:

- (i) Treinamento de técnicos municipais em planejamento territorial municipal (rurbano), envolvendo a análise dos aspectos biofísicos, sociais, econômicos, e institucionais, dentro de uma abordagem de gestão sócio-econômica-ambiental visando o desenvolvimento sustentável municipal - dentro desta meta será enfocada a necessidade de conservação de recursos naturais significativos situados em uma Unidade de Conservação presente no território municipal;
- (ii) Documento de inventário e análise do diagnóstico biofísico e sócio-econômico territorial (urbano e rural) do município;
- (iii) Documento Guia do Sistema de Planejamento e Gestão Sócio-Econômica-Ambiental Municipal;
- (iv) Documento de Proposições das ações institucionais de interesse da prefeitura municipal;
- (v) Banco de dados geo-referenciados (computadorizado) em Sistema de Informações Geográficas;
- (vi) Documento de Proposições de diretrizes e ações legais e programáticas de caráter social, ambiental, econômico e institucional;
- (vii) Documento de zoneamento – Diretrizes especializadas – Mapa de Zoneamento Urbano e Rural;
- (viii) Capacitação de alunos de graduação e pós-graduação da UFSCar em planejamento participativo sustentável;
- (ix) Assessoria e participação nas Etapas de Conferência do Município;
- (x) Assessoria na elaboração da Lei do Plano Diretor Participativo Rurbano de Altinópolis.

Indicadores:

Indicador	Mês em relação ao início do projeto
(i) Técnicos municipais em planejamento territorial municipal (rurbano), treinados;	6
(ii); Documento de inventário e análise do diagnóstico biofísico e sócio-econômico territorial (urbano e rural) do município elaborado;	6
(iii) Documento Guia do Sistema de Planejamento e Gestão Sócio-Econômica-Ambiental Municipal elaborado;	8
(iv) Documento de Proposições das ações institucionais de interesse da prefeitura municipal elaborado;	10
(v) Banco de dados geo-referenciados (computadorizado) em Sistema de Informações Geográficas elaborado (Anexo 1);	10
(vi) Documento de Proposições de diretrizes e ações legais e programáticas de caráter social, ambiental, econômico e institucional;	12
(vii) Documento de zoneamento – Diretrizes espacializadas – Mapa de Zoneamento Urbano e Rural;	11
(viii) Alunos de graduação (4) e pós-graduação (4) da UFSCar em planejamento participativo sustentável capacitados;	11/12
(ix) Assessorias e participação nas Conferências e no Congresso do Município realizadas;	10/11
(x) Lei do Plano Diretor Participativo Rurbano de Altinópolis elaborada.	11/12

A Prefeitura Municipal de Altinópolis será responsável pelo atendimento dos materiais e de pessoal necessários para o desenvolvimento do trabalho, envolvendo em linhas gerais:

- a) Documentação e disponibilização de documentos e informações em geral relativos às condições funcionais e administrativas da Instituição e município;
- b) Documentação e disponibilização de documentos e informações em geral relativos às condições de oferta de serviços, equipamentos e infraestrutura de suporte;
- c) Aquisição e disponibilização de documentação, documentos cartográficos, fotos e ortofotos, mapas e informações digitais em geral relativos às condições de oferta e disponibilização de dados essenciais ao desenvolvimento do trabalho (Dados IBGE e SEADE).
- d) Disponibilização de técnicos bolsistas para a produção, seleção e catalogação de dados e informações sócio-territoriais.

Anexo 1

Produtos Cartográficos

Território Municipal / Região

Plano Diretor Participativo: relação de mapas do território municipal

	Proposta de Escala
1. Origem da formação do município	1:3.500.000
2. Localização: estado de São Paulo/Brasil - Altinópolis no Contexto do Estado de São Paulo	1:3.500.000
3. Região de Governo de Ribeirão Preto	1:1.500.000
4. Localização: municípios vizinhos	1:750.000
5. Localização: bacia hidrográfica - Região do Médio Mogi-Guaçu (Bacia Hidrográfica do Pardo)	1:1.500.000
6. Clima	1:50.000
7. Relevo (Hipso - Clino)	1:50.000
8. Solos	1:50.000
9. Hidrografia	1:50.000
10. Vegetação	1:50.000
11. Uso e ocupação da Terra	1:50.000
12. Infra-estrutura rural	1:50.000
13. Infra Estrutura de transporte	1:50.000
14. Evolução rural – Bairros Rurais	1:50.000
15. Áreas Especiais -APPs, RLs e UC.	1:50.000
16. Vulnerabilidades Ambientais (Riscos)	1:50.000

Área Rurbana – Cidade (Escala 1:10.000)

Plano Diretor Participativo: relação de mapas rurbanos – o espaço que temos

17. Mapa base
18. Evolução urbana
19. Abairramento
20. Sistema viário
21. Circulação
22. Transporte coletivo
23. Hierarquia viária
24. Loteamentos
25. Zoneamento
26. Uso e ocupação do solo
27. Perímetro urbano
28. Equipamentos públicos
29. Topografia
30. Recursos hídricos e micro-bacias
31. Áreas de preservação permanente - APP
32. Pavimentação
33. Redes de abastecimento de água
34. Redes de esgotamento sanitário
35. Redes de drenagem
36. Áreas de risco
37. Densidade demográfica
38. Densidade construtiva
39. Vazios urbanos
40. Tipologia habitacional
41. Orçamento participativo
42. Novos coeficientes: verde e permeabilidade
43. Coleção de mapas (CM): Classes de renda
44. CM - Níveis de escolaridade
45. CM - Divisão por gênero
46. CM - Classes de idade
47. CM - Evolução urbana
48. Outras variáveis significativas (quando necessário)
48. Patrimônio Histórico-Cultural (Edifícios Históricos e Bens Naturais)
49. Patrimônio e potenciais EcoTurísticos e de Turismo Rural.(1:50.000)

Plano Diretor Participativo: relação de mapas do território municipal – diretrizes .

50. Áreas de Risco – Rural - Cenários	1:50.000
Aproximações (Zoom) (quando necessário)	1:25.000
51. Áreas com potenciais de uso rural sustentável - Cenários	1:50.000
52. Zoneamento Rural	1:50.000
Zonas Específicas (quando necessário)	1:25.000
Zonas de Potencial Turístico.	

Plano Diretor Participativo: relação de mapas rurbanos – diretrizes – o espaço que queremos.

53. Áreas de Risco – Urbano - Cenários	1:15.000
Aproximações (Zoom) (quando necessário)	1:5.000
54. Zoneamento Urbano	1:15.000
Zonas Específicas (quando necessário)	1:5.000

